

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

“P105/2020 - Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda”

AJUSTE DIRETO

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P105/2020 - Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda”

	Páginas
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Definições	3
Cláusula 2. ^a – Objecto	3
Cláusula 3. ^a – Forma e documentos contratuais	3
Cláusula 4. ^a – Prazo de vigência	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 5. ^a – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 6. ^a – Garantia de continuidade da prestação dos serviços	5
SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO	5
Cláusula 7. ^a – Objecto do dever de sigilo	5
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever de sigilo	5
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM	5
Cláusula 9. ^a – Preço contratual e preço base	5
Cláusula 10. ^a – Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 11. ^a – Penalidades contratuais	6
Cláusula 12. ^a – Força maior	7
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do fornecedor	8
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
Cláusula 15. ^a – Foro competente	8
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	8
Cláusula 16. ^a – Seguros	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 18. ^a – Comunicações e notificações	9
Cláusula 19. ^a – Contagem dos prazos	9
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	9
Anexo I	10
Anexo II	11

AJUSTE DIRETO

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Definições

Para o efeito do presente Caderno de Encargos os seguintes termos, quando utilizados em letras maiúsculas, têm o seguinte significado:

1. **MO** – Município de Ourém;
2. **CE** – o caderno de encargos do PROCEDIMENTO;
3. **CCP** – o Código dos Contratos Públicos aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
4. **CONTRATO** – o contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efectuar no âmbito do PROCEDIMENTO;
5. **ENTIDADE ADJUDICANTE** – MO;
6. **ENTIDADE ADJUDICATÁRIA** – Prestador de serviços;
7. **PROCEDIMENTO** – Ajuste Direto n.º P105/2020;
8. **PROPOSTA** – a proposta apresentada ao PROCEDIMENTO pelo adjudicatário;
9. **SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO** – todos os serviços referidos na cláusula seguinte a prestar pelo adjudicatário nos termos do presente CE.

Cláusula 2.ª

Objecto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços para a *Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda* de acordo com as condições indicadas no Anexo I ao caderno de encargos em conformidade com o exigido no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 - Antes da abertura do procedimento foi efetuada consulta informal ao mercado, pelo que se inclui essa informação do presente CE, conforme Anexo II.

Cláusula 3.ª

Forma e documentos contratuais

- 1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao CE;

c) O presente CE;

d) A proposta adjudicada; e,

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência

1. O contrato vigora durante **5 semanas**.

2. A cessação do contrato nos termos do número anterior, não prejudica as demais obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de prestação, com zelo, dos serviços identificados na sua proposta; e,

b) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços.

Cláusula 6ª

Garantia de continuidade da prestação dos serviços

O **prestador de serviços** deve assegurar a continuidade da prestação de serviços objeto do contrato até ao valor máximo de adjudicação que o MO está disposto a pagar, que corresponde ao preço base referido no n.º 3, da cláusula (9.ª) nona do presente CE.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao município de Ourém, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de (5) cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II

Obrigações do município de Ourém

Cláusula 9.ª

Preço contratual e preço base

1 — Pela prestação dos serviços objecto do contrato o MO deve pagar ao prestador de serviços o preço correspondente à execução de todas as prestações que constituem o seu objecto, que equivale ao preço contratual.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os

relativos ao transporte do prestador de serviços para a sede do MO, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O preço base corresponde ao montante de **(13.720,00 €) treze mil, setecentos e vinte euros**.

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente.
2. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas faturas/recibos, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura/recibo corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas/recibo são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo refletir a fatura/recibo, os serviços efetivamente fornecidos no período a que se refere.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas/recibos são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o MO pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução razoavelmente fixados em sede de execução do contrato, até 20% do montante correspondente à prestação mensal devida pelo MO, por cada dia útil de atraso ou não cumprimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços o MO pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o MO tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O MO pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o MO exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso, total ou parcial, na prestação de serviços objecto do contrato superior a 8 (oito) dias ou se o adjudicatário declarar por escrito que o atraso em determinada execução excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e produz efeitos oito dias após a recepção dessa declaração, mas é afastado se o adjudicatário cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 — Os fundamentos de resolução são os previstos na lei.
- 2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 15.ª.
- 3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 16ª

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o fornecedor apresentá-la no prazo de 7 (sete) dias.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 12 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara,

(Luís Miguel Albuquerque)

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

"P105/2020 - Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda"

ANEXO I

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

"P105/2020 - Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda"

1 INTRODUÇÃO

Por despacho do Sr Presidente de 17/06/2020, exarado no registo MGD 22421/2020, foi lançado um procedimento para a elaboração do projeto de execução “Construção da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda (AAEF)”.

Em conformidade com a Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, os elementos de caracterização geotécnica de suporte são fornecidos pelo Dono de Obra - alínea d) do ponto 1 do art 2.

2 ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO

A futura operação de loteamento localiza-se na área abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Ourém aprovado recentemente e que aguarda publicação, em espaço consignado para Área de Atividades Económicas de Freixianda.

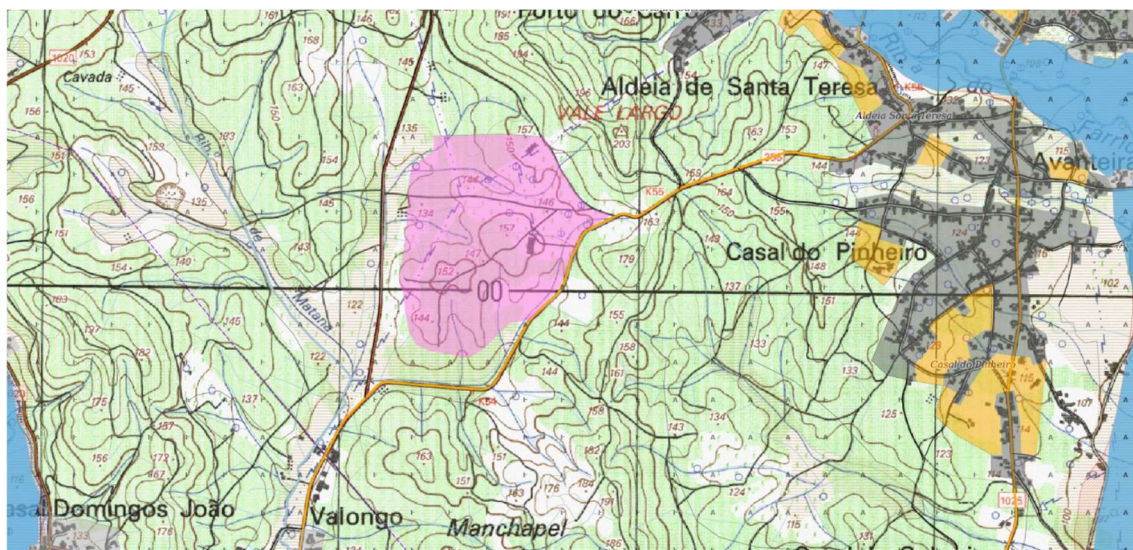
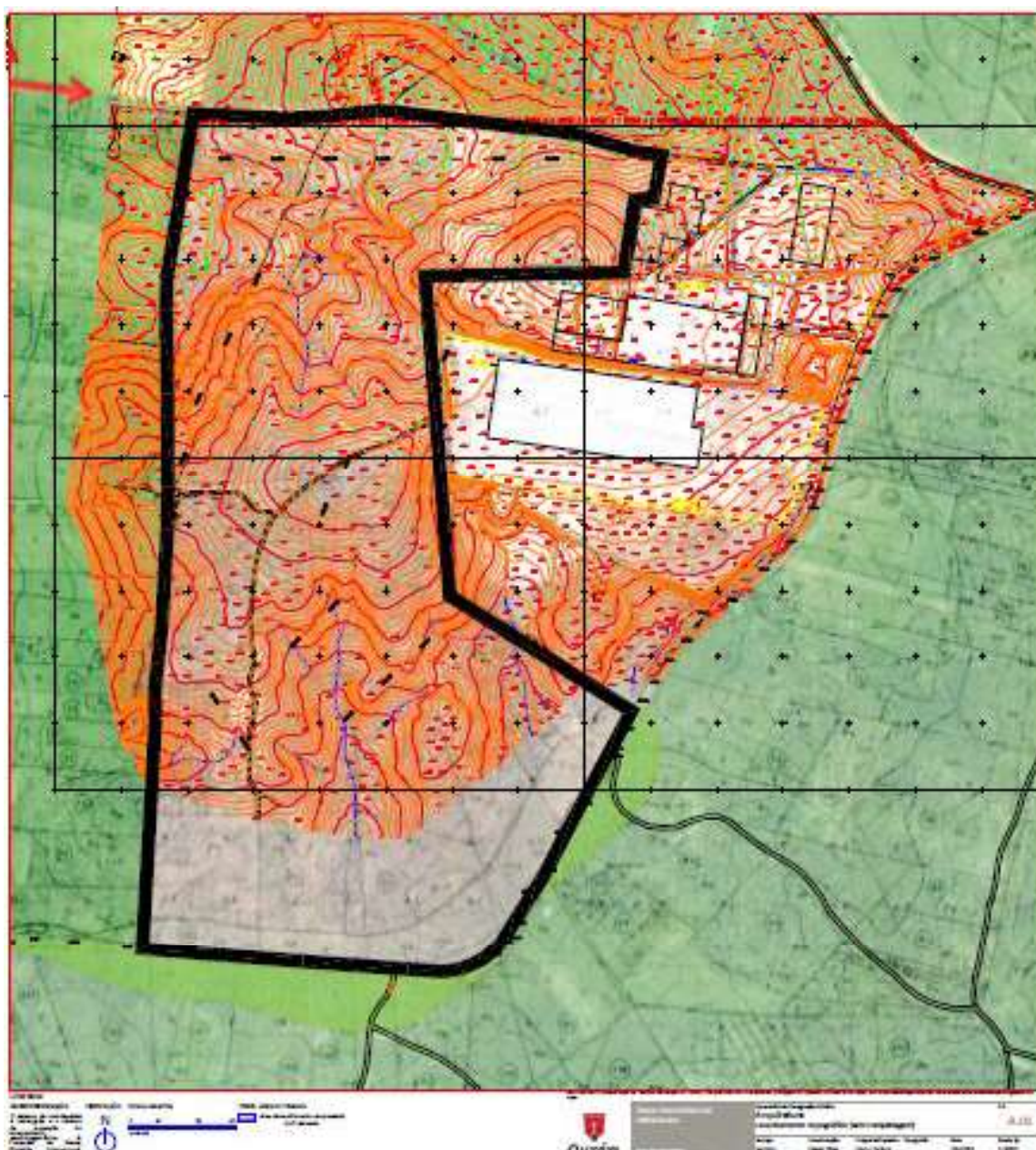


Figura 1 – Sobreposição de extratos da Carta Militar, e plantas de Ordenamento, RAN e REN do PDM em vigor [s.e.]. Fonte: Websig (CMO)

O espaço a ocupar pela Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda abrange uma área de 14.6 ha e encontra-se confinado a poente com a ER 356, sendo acedido, atualmente, por uma via em terra pelo lado nascente que intersecta com a Estrada Real. A área de intervenção deste projeto é a delimitada na planta seguinte.



3 OBJECTIVOS DA AAEF

Pretende-se com a construção da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda a criação de loteamento de âmbito industrial, constituído por lotes destinados a indústria e serviços e área de equipamento e respetiva infraestruturação, tendo em vista o uso industrial assim como também o de serviços associados e complementares, salvaguardando assim uma utilização polivalente que permita melhor fixação de empresas.

Prevê-se a acessibilidade viária à e dentro da AAEF, tendo em consideração as circunstâncias do traçado da EN 356, no local, acautelando a sua interligação à rede rodoviária do país e às condicionantes locais.

Prevê-se, também, uma parcela que permita a implantação de um edifício destinado a equipamento para apoio da atividade na AAEF, constituído, entre outros, por bar, sala de reuniões e instalações sanitárias/balneários de apoio.

Pretende-se, por fim, a adoção de espaços naturalizados recurso a espécies autóctones, sempre que possível, nas áreas remanescentes ao espaço ocupado.

4 ESTUDOS A ELABORAR

O adjudicatário deverá incluir na sua proposta o seguinte estudo:

- Estudo e ensaios geotécnicos mencionados na Memória Descritiva (anexo 1) e assinalados na planta a seguinte:



Figura 3 – Localização das sondagens

CAMPANHA DE SONDAGENS

MEMÓRIA DESCRITIVA E

JUSTIFICATIVA

Obra: Loteamento Municipal

Localização: Ourém

Fase: Licenciamento / Execução

Data: Junho de 2020

1 Introdução

As condições técnicas apresentadas no presente documento visam caracterizar os trabalhos a realizar numa campanha de sondagens e de reconhecimento geotécnico a realizar em terreno sito na Ourém.

Deverá ser feito um acompanhamento aos trabalhos por parte do projectista de estruturas e da rede viária, com comunicação prévia por parte da empresa de geotecnia dos resultados à medida que forem estando disponíveis.

No caso de se verificar alguma situação anómala não prevista deverá ser imediatamente comunicada no sentido de ser ultrapassada.

2 Descrição dos trabalhos

Prevê-se a realização de sondagem à percussão, sendo desconhecida a natureza do terreno, com execução de ensaios SPT. A profundidade a atingir deverá ser avaliada in-situ.

Para os ensaios SPT prevê-se a realização de 6 furos de sondagem, limitando a profundidade máxima total acumulada dos seis furos a 100 metros.

Em simultâneo prevê-se também a execução de valas de inspeção (de 50 em 50m) na zona de implantação das vias, de acordo com a planta anexa.

Para medição da posição do nível freático e recolha de uma amostra de água subterrânea deve-se prever a instalação de piezómetros nos furos SPT.

Para a obtenção dos parâmetros de peso específico, coesão e ângulo de atrito, prevê-se que sejam realizados ensaios laboratoriais sobre amostras intactas.

3 Metodologia da execução

3.1 Furação

Uma sonda de percussão, com diâmetro aproximado de furação de 150mm, utilizando como material de furação um machado e uma limpadeira. Os furos poderão terminar, em princípio, ao serem atingidas 2 “negas” consecutivas no ensaio SPT ($N_{SPT} \geq 60$ pancadas), ou logo que seja atingido o material rochosos “in situ”. No entanto, tais hipóteses dependerão sempre do parecer do dono da obra.

3.2 Ensaios de penetração dinâmica SPT

Para a execução de ensaios de penetração dinâmica SPT, realizados de acordo com as especificações do LNEC, utiliza-se o amostrador Terzaghi, normalizado.

Este amostrador bipartido apresenta um diâmetro exterior de 50 mm e um diâmetro interior de 35 mm, aproximadamente, com uma válvula anti retorno na parte superior.

O pilão a utilizar será de 63.5 Kg. Com uma queda livre de 76 cm, recorrendo-se a um aparelho de queda automática do pilão.

Estes ensaios serão executados a intervalos de 1,5 m, e sempre que mude a natureza do terreno.

3.3 Amostragem

Durante a execução dos furos serão colhidas amostras remexidas e intactas de todas as formações detectadas, bem como os tarolos resultantes dos ensaios SPT, os quais serão devidamente acondicionados em recipientes de plástico. No final da campanha prospecção as amostras devem ser colocadas pela empresa responsável pela sua colheita em local a indicar pelo dono de obra para sua guarda. As referidas amostras devem ficar armazenadas nas caixas de amostragem que serviram para a sua guarda inicial e devem ser fornecidas pela empresa de geotecnia.

4 Ensaios Laboratoriais

Todos os ensaios laboratoriais do presente caderno de encargos serão realizados em laboratórios de qualidade (detentores de certificado de qualidade), e executados segundo as especificações do LNEC e normas internacionalmente aceites.

5 Valas de Inspeção

As valas de inspeção pretendem caracterizar o solo e definir os solos nas espessuras necessárias para o cálculo das estruturas de pavimentos.

Cada camada de solo deve ser devidamente caracterizada.

6 Proposta

A proposta deverá ser elaborada por série de preços estando incluídos os custos unitários de todas as operações necessárias a boa execução dos trabalhos nomeadamente:

- Transporte, mobilização, mudança e montagem de todo o equipamento;
- Executar os furos de sondagem, com sonda de percussão mecânica, ou sonda apropriada;
- Executar os ensaios de campo e as análises laboratoriais, de acordo com o previsto. Todos os trabalhos, bem como os ensaios e análises serão executados segundo as normas do LNEC ou na falta delas, segundas as normas habitualmente aceites;
- Executar valas de inspecção;
- Realizar os relatórios e pareceres (entregues em quadruplicado, assinado e em formato digital reproduzível). Deverão ser indicados os métodos de fundação adequados ao terreno prospectado e à estrutura prevista, com indicação dos parâmetros geotécnicos relevantes para o cálculo, incluindo gráficos individuais de sondagens, perfis geológicos e geotécnicos, registo do nível de água nos piezómetros e nos furos de sondagem, tensões de cálculo, ângulo de atrito interno, coesão, peso específico, módulo de deformabilidade, o D_{50} e outros relevantes;
- Fornecer energia eléctrica com uma potência adequada ao equipamento;
- Fornecer água doce à pressão e caudal adequado ao funcionamento do equipamento;
- Se necessário, montar e preparar plataformas, tendo em consideração as características da obra e do equipamento a utilizar.
- Proteger os furos onde foram executadas as sondagens sem as selar.
- A medição do comprimento de cada furo de sondagem é feita segundo o seu eixo longitudinal, e esse comprimento é a distância entre a cota da plataforma da máquina e a cota atingida pelo fundo do furo.

7 Condições Específicas

- Manter ao serviço da obra o pessoal e equipamento necessário à sua boa execução.
- Fornecer, sempre que lhe for solicitado, os elementos disponíveis relativos aos trabalhos executados.

- Acautelar as autorizações necessárias no acesso a terrenos ou propriedade vizinha.
- No caso de ser necessário desviar ou alterar o programa de trabalhos estas alterações devem ser comunicadas e aprovadas previamente.
- Cumprir e fazer cumprir pelos seus trabalhadores as normas de segurança e higiene no trabalho.
- Executar todos os trabalhos de acordo com as normas legais ou regulamentares em vigor.
- Conduzir e efectuar a manutenção dos seus equipamentos.
- Elaborar e entregar ao cliente as fichas de trabalhos diários.
- Obter todas as licenças e outras autorizações necessárias à execução da obra.
- Fazer a implantação dos locais de sondagem (eixos de furacão/escavação).
- Executar eventuais trabalhos e obras provisórias tais como acessos para o equipamento, viatura e pessoal, desde a via pública até ao local da execução dos trabalhos e entre as frentes de trabalho.
- Providenciar os meios de protecção e segurança colectivos necessários, durante a execução da obra.
- Contratar um seguro de obra que cubra, indemnizações, perdas ou danos a todos os adjacentes e estruturas existentes, equipamentos, pessoas, edifícios, terreno vizinho e terceiros.
- Limpeza dos locais após as sondagens;
- Execução de carotes em betão armado na laje térrea para permitir a execução do furo de sondagem;

Coimbra, Junho de 2020

ANEXO II

Consulta Preliminar ao Mercado

(n.º 4 do artigo 35.º- A do CCP)

2. Início e duração dos trabalhos

A data de início dos trabalhos deverá ser acordada à data de adjudicação e estará dependente da disponibilidade do nosso equipamento. Prevê-se um prazo de execução de 15 dias de trabalho de campo e 21 dias para a elaboração do relatório final.

3. Proposta Financeira

No âmbito da consulta efectuada, informamos que a n/ proposta orçamental para a elaboração dos estudos solicitados, é a que consta do quadro seguinte (sem IVA).

ARTIGO	DESCRIÇÃO	UN	PREÇO UNITÁRIO	QTD	PREÇO TOTAL
1 Geral					
	Transporte, gastos gerais, mobilização e desmobilização dos equipamentos e equipa e georeferenciação topográfica dos pontos de prospeção (coordenadas M, P 1,1 e Z dos poços, DPSH e sondagens).	vg	€	1	
2 Prospeção Mecânica					
2.1 Sondagens					
2.1.1	Mudanças de sonda	un	€	10	€
2.2.2	Furação a trado, em solos ou rocha branda	ml	€	60	€
2.1.3	Furação à rotação, em maciço rochoso	ml	€	60	€
2.1.4	Ensaio de penetração dinâmica normalizada, SPT	un	€	40	€
2.2 DPSH					
2.2.1	Instalação do equipamento em cada local e realização de ensaio DPSH (profundidade máxima até 15m)	un	€	10	€
2.3 Poços de reconhecimento					
2.3.1	Execução de poços de reconhecimento, com retro-escavadora, até profundidade de 3 a 3,5m	un	€	10	€
3 Prospeção Geofísica					
3.1 Refração sísmica					
3.1.1	Perfis de refração sísmica (L=60m) inclui deslocação	un	€	6	€
3.2	Resistividade elétrica (L=50m) inclui deslocação	un	€	6	€
4 Ensaio de laboratório					
4.1	Análise granulométrica por peneiração	un	€	10	€
4.2	Limites de Atterberg	un	€	10	€
4.3	Ensaio CBR	un	€	4	€
4.4	Teor em água natural	un	€	10	€
4.5	Densidade das partículas	un	€	10	€
4.6	Ensaio Proctor	un	€	4	€
5 Relatório Geológico-geotécnico					
5.2	Relatório geológico-geotécnico interpretativo	un	€	1	€

Aos preços acima mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Conforme prática corrente neste tipo de trabalhos, propõe-se que os mesmos trabalhos sejam realizados em regime de série de preços, sendo faturados apenas os trabalhos efetivamente realizados.

Considera-se ainda importante destacar:

- Os preços propostos têm em conta a especificidade do tipo de trabalhos pretendidos, que incluem a mobilização de pessoal qualificado, com experiência em diagnóstico, reabilitação de estruturas, geologia e geotecnia munido de equipamentos de ensaios "in-situ".

4 PREÇOS

O Mapa de Quantidades de Trabalho e Preços menciona os trabalhos a efectuar e os respectivos encargos, apresentados em termos de preços unitários e globais (sem o IVA), baseados em quantidades de trabalho estimadas. Os custos unitários propostos serão, todavia, válidos para quaisquer quantidades de trabalho que efectivamente venham a ser executados – **Proposta por «SÉRIE DE PREÇOS»:**

QUADRO I – ORÇAMENTO

item	Designação	un.	Quant.	Pr. Unitário	Pr. Total
1	Mobilização de pessoal e equipamento	vg	1		
2	Prospecção Mecânica				
2.1	Instalação da sonda em cada local de furação (implantação topográfica incluída)	un	6	1	
2.2	Furação em solos ou rocha branda com trado oco	ml	36		
2.3	Furação em rocha com carotagem contínua (eventual)	ml	36		
2.4	Ensaio SPT Terzaghi	un	24		
2.5	Recolha de amostragem Indeformada	un	6		
3	Piezómetros Hidráulicos				
3.1	Fornecimento e instalação de piezómetros hidráulicos de circuito aberto ($\phi=50\text{mm}$)	ml	36		
4	Poços de Reconhecimento				
4.1	Execução de poços de reconhecimento com recurso a rectro-escavadora (colheita de amostras incluída)	un	8		
5	Laboratório - Amostragem Remexida				
5.1	Determinação do Teor de Humidade natural (NP84)	un	14		
5.2	Análise Granulométrica por peneiração (LNEC E239)	un	14		
5.3	Limites de Atterberg (NP 143)	un	14		
5.4	Ensaio de compactação Proctor Modificado (LNEC E197)	un	4		
5.5	Ensaio de compactação CBR (LNEC E198)	un	4		
6	Relatório				
6.1	Relatório Geotécnico com parecer de fundações e recomendações relativamente a dimensionamento de camadas de leito de pavimentos	vg	1		
Total global (sem IVA)					

NOTA: aos preços indicados será acrescido o IVA em vigor

LUÍS MIGUEL
MARQUES
GROSSINHO
COUTINHO
ALBUQUERQUE
UE

Digitally signed by
LUÍS MIGUEL
MARQUES
GROSSINHO
COUTINHO
ALBUQUERQUE
Date: 2020.08.16
23:03:02 +01:00
Location: Portugal